

DENÚNCIAS

Comissões investigam atuação da CTI em reservas indígenas do AP

As Comissões de Minas e Energia e da Amazônia e Desenvolvimento Regional, do Congresso Nacional, iniciam a partir desta quinta-feira (15) uma minuciosa investigação sobre a atuação da organização não governamental (ONG) Centro de Trabalho Indigenista (CTI), na reserva Waiãpi, no Amapá.

A informação foi dada ontem, pelo deputado federal Antônio Feijão (PSDB/AP), que integra a Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional. Segundo ele, a investigação se faz necessária em função das inúmeras denúncias de irregularidades já feitas contra a antropóloga belga Dominique Gallois e o geólogo Luís Vesaane, responsáveis pela ONG.

Denúncias vão desde a remoção de missionários até a introdução de garimpos clandestinos pela ong

Ele disse que as denúncias vão desde a remoção de missionários da Missão Novas Tribos do Brasil, professores e enfermeiros das reservas indígenas do Waiãpi, do Amapá, e dos Putunas, no Pará, até a introdução de garimpos clandestinos nas áreas pela organização. Além disso, a ONG também é acusada de haver desmatado uma área de floresta dentro da reserva, para abertura de uma pista de pouso, e de ter utilizado os índios Waiãpi como mão de obra escrava.

O parlamentar tucano

declarou que o mais grave de tudo foi o fato do CTI ter apresentado um projeto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), solicitando recursos para a despoluição mercurial dos garimpos na área indígena Waiãpi. "Isso é um verdadeira aberração técnica. Eles pensam que podem enganar ao DNPM, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ao Governo do Estado do Amapá, a Justiça e aos indígenas", criticou.

Garimpagem comum

Para o deputado, o que existe na reserva é uma garimpagem comum, feita só para um grupo de indígenas. "Esse grupo já aplicou mais de R\$ 300 mil para a mecanização desse garimpo clandestino em área indígena demarcada", observou.

Segundo Feijão, outra questão grave e preocupante é o fato do geólogo Luís Vesaane ter requerido 48 mil hectares de área dentro da reserva indígena, que podem ser negociados com uma empresa multinacional.

O deputado lembrou que sobre o alvará e as licenças ambientais custam uma fortuna. "Os indígenas não têm como pagar isso para manter os 48 mil

hectares em nome de apenas um índio", avalia.

O CTI, conforme denúncia de Feijão, já recebeu centenas de milhares de dólares de um banco alemão, além de ter sido aquinhoadado também com R\$ 30 mil do Ministério do Meio Ambiente.

"Tudo para esse trabalho de garimpagem, disfarçado com título de despoluição mercurial dos garimpos dentro da reserva Waiãpi", acusa.

Diante desses fatos, parlamentar quer que um comissão externa da Câmara de Deputados faça uma visita às áreas indígenas para averiguar "in loco" todas as denúncias.

Ele quer também que a Comissão de Minas e Energia e da Amazônia e Desenvolvimento convoquem antropóloga Dominique Gallois e o geólogo Luís Vesaane, além do ministro da Justiça, o diretor de Funai no Amapá e o presidente da Funai, Júlio Marcos Guiguet para depor sobre as denúncias. "É hora do Ministério Público Federal agir e isso já vem sendo feito pelo procurador João Bosco Fontes Júnior", ressaltou.

Feijão adiantou que se forem comprovadas as denúncias, vai pedir o imediato afastamento do CTI da área indígena, além da abertura de um inquérito criminal contra todos envolvidos.

Valney Oliva